



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 90006/2025
CREDENCIAMENTO PARA PLANO/SEGURO ODONTOLÓGICO
UASG CREA-SC: 389087
(Processo Administrativo nº 5-250057238-1)

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC, Autarquia Federal nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2.125, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP: 88.034-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.511.643/0001-64, por intermédio da Comissão Especial de Contratação nomeada através da Portaria nº 182/2025 da Presidência deste Conselho, atendendo à solicitação da Assessoria Especial de Planejamento e Gestão da Presidência do CREA-SC, e conforme autorização da Presidência e da Superintendência do CREA-SC, torna pública a abertura de Chamamento Público para o Credenciamento de Operadora de Plano de Assistência à Saúde, nos termos da Lei nº 9.656/1998, incluindo as cooperativas que operam os Planos Privados de Assistência à Saúde, bem assim as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração, interessadas na oferta de Plano ou Seguro por Adesão de Assistência Odontológica aos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências, regularmente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC, bem como aos empregados do Conselho, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024, da Portaria nº 233, de 20 de dezembro de 2023 – RILC do CREA-SC, demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

O presente Edital poderá ser obtido no site <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitação, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – acessível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br>. Informações serão prestadas aos interessados pela Comissão de Contratação, no horário de expediente, de segunda a sexta, das 9h às 17h, pelo telefone (48) 3331-2006 e pelo e-mail gabriel@crea-sc.org.br.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Edital o processo seletivo de credenciamento, mediante Chamamento Público, destinado ao credenciamento de Operadora de Plano de Assistência à Saúde, nos termos da Lei nº 9.656/1998, incluindo as cooperativas que operam os Planos Privados de Assistência à Saúde, bem assim as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração, interessadas na oferta de Plano ou Seguro por Adesão de Assistência Odontológica aos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências, regularmente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC, bem como aos empregados do Conselho.

1.2. Não haverá quantidades mínimas e/ou máximas do número de credenciadas, ficando à livre escolha do beneficiário direto a seleção do contratado da prestação, dentre as pessoas jurídicas credenciadas. Os

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 às 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

credenciamentos objeto deste Edital serão do tipo “com seleção a critério de terceiros”, sendo que os beneficiários possuem a faculdade de selecionarem a credenciada que prestará os serviços, não existindo direito a qualquer espécie de exclusividade, distribuição da demanda ou critério para ordem de contratação.

1.3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 6º, XLIII, 74, IV, e 79, II, da Lei nº 14.133/2021; nos artigos 3º, II, e 6º, do Decreto nº 11.878/2024; e no artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC, conforme já esmiuçado no Estudo Técnico Preliminar – ETP **(Anexo II)**.

1.4. O credenciamento não obriga o CREA-SC a contratar ou disponibilizar às suas expensas o plano/seguro aos profissionais e empregados do Conselho. O presente credenciamento se apoia no Decreto nº 11.878/2024 para estabelecer seus procedimentos de credenciamento. Contudo, o credenciamento proposto não se destina ao órgão e sim às pessoas identificadas como beneficiários.

1.5. O credenciamento não exige requisitos mínimos do plano/seguro a ser ofertado, salvo aqueles estipulados neste Edital de Chamamento Público e no Termo de Referência, cabendo ao ofertante apontar as características básicas da sua oferta. Como não cabe exclusividade ao credenciamento, os planos/seguros ofertados podem ser complementares, podendo o profissional/empregado contratar mais de uma empresa credenciada.

1.6. As informações pormenorizadas sobre o objeto deste credenciamento encontram-se dispostas no Termo de Referência – TR e no Estudo Técnico Preliminar – ETP, ambos em anexo **(Anexos I e II)**.

1.7. O prazo de vigência deste Edital é indeterminado, a contar de sua publicação.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste processo de Chamamento Público as empresas consideradas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, na forma da Lei nº 9.656/1998, assim entendidas as pessoas jurídicas constituídas sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão, que operem produto, serviço ou contrato de que trata o inciso I e o § 1º do artigo 1º da referida Lei.

2.2. Incluem-se na abrangência do conceito acima (item 2.1) as cooperativas que operem os produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do artigo 1º da Lei nº 9.656/1998, bem assim as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração.

2.3. Para sua inscrição, os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e apresentar requerimento de participação **(Formulário de Requerimento de Credenciamento - Anexo III)** com a indicação de sua intenção de se credenciar para a oferta do objeto deste Chamamento Público.

2.3.1. A inscrição se dará por meio de envio do requerimento preenchido **(Formulário de Requerimento de Credenciamento - Anexo III)**, acompanhado da documentação de habilitação, e deverá ser realizada exclusivamente pelo e-mail: gabriel@crea-sc.org.br.

2.3.2. O e-mail deverá ser enviado com o seguinte assunto: **INSCRIÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO nº 90006/2025 - CREDENCIAMENTO PARA PLANO/SEGURO ODONTOLÓGICO.**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

2.3.3. O requerimento apresentado de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerado indeferido, podendo o interessado apresentar novo requerimento sanando as causas que ensejaram seu indeferimento.

2.3.4. O CREA-SC permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto este Edital de Chamamento permanecer vigente.

2.4. É vedada a participação neste processo de Chamamento Público:

2.4.1. de pessoa física;

2.4.2. de pessoa jurídica:

2.4.2.1. que não atenda às condições estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.4.2.2. não autorizada a funcionar no país;

2.4.2.3. que se encontre impossibilitada/impedida de participar de licitações ou contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2.4. que esteja sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.2.5. que esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

2.4.2.6. que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do CREA-SC ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.4.2.7. demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

2.4.3. A observância das vedações do subitem acima é de inteira responsabilidade da empresa participante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis, sem prejuízo da responsabilidade penal. A interessada declarará o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de seu requerimento de participação com as exigências deste Edital.

2.5. Antes da análise do requerimento de participação e da habilitação, a Comissão de Contratação verificará se os interessados atendem às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

2.5.1. Os endereços eletrônicos informados acima poderão ser substituídos a critério do respectivo mantenedor. Portanto, será considerado, para todos os efeitos, o endereço eletrônico que eventualmente venha a substituir os indicados neste instrumento.

2.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome e CPF de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

2.6. Para fins de habilitação, os seguintes documentos deverão ser apresentados em conjunto com o requerimento de participação - **Formulário de Requerimento de Credenciamento - Anexo III:**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Cópia da carteira de identidade e de comprovante de inscrição no CPF da pessoa que representará a empresa em eventual contratação. Obs.: Caso a representação se dê através de procuração, necessário envio de cópia do instrumento procuratório;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

- h) Certificado de Registro Cadastral – CRC junto ao SICAF - Sistema de Cadastro de Fornecedores;
- i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- j) Comprovante de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- k) Comprovante de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- l) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;
- m) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Estaduais), do domicílio ou sede do proponente;
- n) Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos Municipais), do domicílio ou sede do proponente;
- o) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, e demais declarações conforme **Formulário de Requerimento de Credenciamento - Anexo III**;
- p) Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos do artigo 8º da Lei nº 9.656/1998;
- q) Registro no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina – CRO/SC, nos termos do inciso I do artigo 8º da Lei nº 9.656/1998, bem como conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça – STJ no REsp nº 2.099.521.

2.7. No caso de cooperativas, deverão ser apresentados, ainda:

- a) a relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n.º 5.764/1971;
- b) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

d) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato e a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

e) os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

f) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

2.8. Para fins deste Edital e do Termo de Referência, entende-se por cooperativa as sociedades de pessoas sem fins lucrativos, constituídas conforme o disposto na Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que operam Planos Privados de Assistência à Saúde e/ou Planos Odontológicos.

2.9. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar deste credenciamento quando:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto credenciado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

d) o objeto deste credenciamento se referir, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.10. Caso as certidões apresentadas não registrem prazo de validade previamente estipulado pelo órgão emissor, serão consideradas válidas por 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua emissão.

2.11. A documentação deverá ser apresentada no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por publicação em órgão de imprensa oficial ou autenticado mediante a apresentação do respectivo original.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 às 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

2.12. A inscrição da empresa interessada para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital e no Termo de Referência.

2.13. Caso constem no Sistema, os documentos acima descritos poderão ser substituídos por consulta no SICAF.

2.14. A inscrição neste Chamamento demonstra que o interessado concorda com os termos do presente Edital, sujeitando-se, assim, às regras nele previstas e aos diplomas legais pertinentes, em especial às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC do CREA-SC.

3. DO PROCEDIMENTO E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

3.1. O prazo de análise do requerimento de participação e da documentação será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de recebimento do requerimento.

3.2. A qualquer momento, o CREA-SC poderá solicitar documentos complementares para análise e formalização do credenciamento, ficando estabelecido, desde que não haja pedido em sentido contrário, o prazo de até 10 (dez) dias úteis para complementação, sob risco de encerramento do processo.

3.3. Os documentos e o requerimento serão analisados de forma objetiva e exclusivamente quanto ao cumprimento dos requisitos deste Edital, pela Comissão Especial de Contratação nomeada através da Portaria nº 182/2025 da Presidência deste Conselho.

3.4. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às exigências de habilitação constantes deste Edital e/ou que apresentarem requerimento de participação de forma incompleta, rasurado ou em desacordo com o estabelecido neste Edital.

3.5. Em caso de diligência e apresentação de documentação que saneie a situação no prazo determinado pelo CREA-SC, esta será avaliada e o credenciamento reanalisado.

3.6. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

3.7. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

3.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de agosto de 2006.

3.9. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, para:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; ou

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

3.10. A qualquer momento o CREA-SC pode solicitar comprovações, documentos ou outras informações adicionais de proponentes/credenciadas para validação de propostas de credenciamento ou manutenção de benefícios.

3.11. O resultado do julgamento, contendo a lista do(s) interessado(s) classificado(s) e habilitado(s), será divulgado no site do CREA-SC, a saber, <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitação, e também será informado ao(s) participante(s) por mensagem eletrônica através do e-mail presente no **Formulário de Requerimento de Credenciamento – Anexo III**, em até 5 (cinco) dias úteis após lavrada a Ata de Julgamento pela Comissão de Contratação.

3.12. A lista do(s) credenciado(s) será divulgada e mantida permanentemente atualizada no site do CREA-SC, a saber, <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitação, e também no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP – acessível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

4.1. A Presidência do CREA-SC realizará a homologação do credenciamento, após instrução da Comissão Especial de Contratação.

5. DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

5.1. A empresa interessada que atender aos requisitos de requerimento e habilitação previstos neste Edital e no Termo de Referência será credenciada pelo CREA-SC e poderá ser convocada para assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato.

5.1.1. O CREA-SC poderá convocar a credenciada durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o Termo de Credenciamento/Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital de Credenciamento.

5.2. O interessado assume o risco de perda de negócio em caso de fornecimento de endereço de e-mail incorreto e não recebimento das comunicações do CREA-SC.

5.3. Quando convocada para assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato, e como condição para tanto, a credenciada deverá comprovar que mantém todos os requisitos de habilitação exigidos neste Edital e no Termo de Referência.

5.4. Previamente à assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato, o CREA-SC realizará consulta ao SICAF para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

5.5. Na assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pela credenciada durante a vigência do Termo de Credenciamento/Contrato.

5.5.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato.

5.6. O Termo de Credenciamento/Contrato vigorará por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da sua assinatura/emissão, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

5.7. Após divulgação da lista de credenciados, o CREA-SC poderá convocar o credenciado para assinatura do Termo de Credenciamento/Contrato.

5.8. A empresa convocada deverá assinar o Termo de Credenciamento/Contrato em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da sua convocação.

5.8.1. O prazo acima poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da credenciada, devidamente justificada, durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CREA-SC.

5.9. O Termo de Credenciamento/Contrato decorrente deste credenciamento poderá ser alterado, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.10. Não será permitida a subcontratação do objeto deste credenciamento.

5.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse do CREA-SC, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Presidência do Conselho, não será rescindido o Termo de Credenciamento/Contrato em execução com a empresa que estiver irregular.

6. DOS RECURSOS, DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

6.1. Dos atos administrativos e decisões relativas a esse credenciamento, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação do ato ou da lavratura da Ata. A intimação do ato se dará na forma do item 3.11 deste Edital.

6.2. O recurso será dirigido à Comissão Especial de Contratação, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Presidência do CREA-SC, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

6.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.5. Será assegurado aos interessados vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

6.6. Os recursos referentes à habilitação e ao julgamento dos requerimentos de participação terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.7. Qualquer pessoa física ou jurídica é parte legítima para impugnar este Edital de Credenciamento por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos.

6.8. A Comissão Especial de Contratação do CREA-SC responderá à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos, que será divulgada no sítio eletrônico oficial do CREA-SC e no Compras.gov.br, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

6.9. Em caso de acolhimento da impugnação, este Edital retificado será republicado, na forma como se deu a publicação original, observando-se os prazos inicialmente previstos e respeitado o tratamento isonômico dos interessados.

6.10. A impugnação não terá efeito suspensivo e a decisão da Comissão Especial de Contratação será motivada nos autos.

6.11. Os recursos, pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser protocolizados exclusivamente pelo e-mail: gabriel@crea-sc.org.br.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

7.1. Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que não existirá nenhuma forma de remuneração, repasse ou qualquer ônus aos cofres públicos. Logo, não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CREA-SC às credenciadas.

7.2. O CREA-SC não se responsabilizará por nenhum pagamento ou qualquer insolvência de crédito de beneficiários junto às credenciadas. No caso de inadimplemento por parte dos beneficiários, a credenciada deverá se utilizar dos meios legais existentes para a recuperação de seu crédito, sem quaisquer ônus e/ou obrigações ao CREA-SC.

8. DO DESCREDENCIAMENTO

8.1. O CREA-SC poderá realizar o descredenciamento de credenciada quando houver:

I - pedido formalizado pela credenciada;

II - perda das condições de habilitação da credenciada;

III - descumprimento injustificado do Termo de Credenciamento/Contrato pela credenciada; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

8.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I do item acima não desincumbirá a credenciada do cumprimento de eventuais Termos de Credenciamento/Contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.3. A credenciada poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que mantenha as contratações vigentes, mediante envio de requerimento ao CREA-SC, e somente após o regular cumprimento das obrigações assumidas.

8.4. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do item 7.1, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Os credenciamentos regidos por este Edital têm caráter precário, podendo, a qualquer momento, a credenciada ou o CREA-SC denunciá-lo, caso sejam constatadas quaisquer irregularidades na observância e no cumprimento das normas fixadas neste Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do exercício do contraditório e da ampla defesa.

8.6. As partes poderão rescindir o Termo de Credenciamento, a qualquer tempo, mediante notificação prévia à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de que seja possível informar publicamente os beneficiários.

9. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

9.2. A recusa injustificada da credenciada em assinar o Termo de Credenciamento/Contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, além do estabelecido neste Edital e no Termo de Referência em anexo (**Anexo I**).

9.3. As demais sanções e infrações administrativas, além de suas cominações legais, encontram-se estabelecidas no Termo de Referência em anexo (**Anexo I**).

10. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO

10.1. Este Edital de Credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da Administração.

10.2. Na hipótese de anulação deste Edital de Credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto no art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. A revogação deste Edital de Credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As empresas participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste instrumento, das condições gerais e específicas do objeto pretendido, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação do requerimento de participação e do integral cumprimento do Termo de Credenciamento/Contrato, decorrente deste Edital.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.2. Informações serão prestadas aos interessados pela Comissão Especial de Contratação, no horário de expediente, de segunda a sexta, das 9h às 17h, pelo telefone (48) 3331-2006 e pelo e-mail gabriel@crea-sc.org.br, ou pelo site <https://portal.crea-sc.org.br/>, no campo divulgação – licitação, onde será publicado o Edital de Chamamento Público e demais informações acerca do andamento do presente credenciamento.

11.2.1. Os interessados deverão consultar o site <https://portal.crea-sc.org.br/> a fim de obterem esclarecimentos futuros e informações acerca do andamento do presente Edital.

11.3. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação do Formulário de Requerimento de Credenciamento implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital de Chamamento Público.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024 e do Regulamento de Licitações e Contratos - RILC do CREA-SC, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

11.5. Na contagem dos prazos referidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente do CREA-SC.

11.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Não serão permitidas cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, do objeto do presente credenciamento.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Os licitantes dão pleno conhecimento do Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA-SC – RILC do CREA-SC.

11.10.1. O Regulamento de Implantação da Lei 14.133/2021 do CREA-SC - RILC do CREA-SC, encontra-se disponível no endereço eletrônico www.crea-sc.org.br, na sessão Licitações.

11.11. O presente Edital poderá ser alterado a qualquer tempo para modificar quaisquer condições. Qualquer alteração do Edital será publicada na forma como se deu a publicação do texto original, para que as alterações passem a integrar os Termos de Credenciamento em vigor. Eventuais alterações do Edital de Credenciamento serão comunicadas por meio de e-mail à rede credenciada.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.12. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis, como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente credenciamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

11.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) **Anexo I - Termo de Referência - TR;**
- b) **Anexo II - Estudo Técnico Preliminar - ETP;**
- c) **Anexo III - Formulário de Requerimento de Credenciamento;**
- d) **Anexo IV - Minuta de Termo de Credenciamento.**

Florianópolis/SC, datado e assinado eletronicamente.

Eng. Civ. Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER
Presidente do CREA-SC

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO I e ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA E ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

****Documentos em separado na mesma pasta do Edital.**

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO III

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO PARA PLANO/SEGURO ODONTOLÓGICO

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 90006/2025

DADOS DA PROPONENTE		
RAZÃO SOCIAL:		
NOME FANTASIA:	CNPJ:	
ENDEREÇO:	Nº:	BAIRRO:
CIDADE:	ESTADO:	CEP:
TELEFONE:	E-MAIL:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL		
NOME:		
CPF:	RG:	

Em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 90006/2025 em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de Plano ou Seguro por Adesão de Assistência Odontológica:

DADOS DO(S) PLANO(S)/SEGURO(S)
<p>.....<i>descrição do plano/seguro ofertado, contendo o detalhamento integral e as características completas da oferta..... podem ser anexados prospectos e demais documentos para a exata e inequívoca compreensão da oferta.....</i></p> <p><i>Registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:</i></p>

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

DECLARAMOS, ainda:

- que a validade da nossa proposta é de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sua apresentação;

- que temos ciência e concordamos com todas as disposições do Edital de Chamamento Público nº 90006/2025 deste CREA-SC, e seus Anexos, assim como que estamos de acordo e damos pleno conhecimento do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC;

- que são verdadeiras todas as informações prestadas e todos os documentos apresentados em conjunto com este requerimento de participação e que cumprimos plenamente com os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, respondendo pela veracidade das informações prestadas neste certame, na forma da lei, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

- que não utilizamos, em qualquer das nossas atividades, trabalho infantil, trabalho forçado/degradante ou análogo à condição de escravo, observado o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

- que não estamos impedidos de participar do Edital de Chamamento Público nº 90006/2025 deste CREA-SC, nos termos do respectivo Edital e seus Anexos;

- em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, assim como no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

- que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;

- que não há qualquer impedimento à nossa habilitação e contratação e que o nosso requerimento de participação está em conformidade com as exigências do Edital de Chamamento Público nº 90006/2025 deste CREA-SC, comprometendo-nos a informar a superveniência de decisório que nos julgue inidônea e/ou impedida durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do contrato.

APRESENTAMOS, em conjunto com a presente proposta, todos os documentos de habilitação exigidos pelo Edital de Chamamento Público nº 90006/2025 deste CREA-SC.

Cidade, xx de xxx de xxxxx.

Representante Legal

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5-250057238-1
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº xxx/2025

INSTRUMENTO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO
QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O CONSELHO
REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE
SANTA CATARINA – CREA-SC, E DE OUTRO, xxx.

DAS PARTES

Pelo presente instrumento, de um lado, o **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 82.511.643/0001-64, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, n. 2.125, Itacorubi, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Presidente, **Eng. Civ. e Seg. Trab. CARLOS ALBERTO KITA XAVIER**, de acordo com representação legal que lhe é outorgada por Termo de Posse, de 08 de dezembro de 2023, doravante denominado **CREDENCIANTE**, e, de outro lado, **xxx**, pessoa jurídica de direito xxx, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. xxx, com sede na xxx, neste ato representada por **xxx**, de acordo com representação legal que lhe é conferida por xxx, doravante denominada **CREDENCIADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n. 5-250057238-1 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.878/2024, da Portaria nº 233, de 20 de dezembro de 2023 – RILC do CREA-SC, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Credenciamento tem por objeto o credenciamento da **CREDENCIADA** para a concessão de Plano(s) ou Seguro(s) por Adesão de Assistência Odontológica aos profissionais da Engenharia, Agronomia e Geociências, regularmente inscritos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC, bem como aos empregados do Conselho, conforme condições e especificações abaixo esmiuçadas:

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

DADOS DO(S) PLANO(S)/SEGURO(S)

.....descrição do plano/seguro ofertado, contendo o detalhamento integral e as características completas da oferta..... podem ser anexados prospectos e demais documentos para a exata e inequívoca compreensão da oferta.....

Registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS:

1.2. O plano/seguro deverá dar direito, no mínimo, à cobertura dos procedimentos existentes no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar, atualizado e mantido pela ANS, nos termos da Lei nº 9.656/1998, além daqueles previstos no contrato de adesão respectivo.

1.3. Os demais detalhes e conteúdos deste credenciamento estão delimitados no Termo de Referência - TR, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Edital, e seus Anexos, integrantes do Processo Administrativo n. 5-250057238-1, que se vinculam ao presente credenciamento e ficam fazendo parte integrante e inseparável deste Termo, como se aqui estivessem transcritos, e com cujos conteúdos a empresa **CREDENCIADA** concorda integral e incondicionalmente.

1.4. Vinculam-se ao presente Termo de Credenciamento, dele fazendo parte integrante e inseparável, todos os documentos produzidos no âmbito do Processo Administrativo n. 5-250057238-1, em especial o Termo de Referência - TR, o Estudo Técnico Preliminar – ETP e o Edital respectivos, e seus Anexos, além do requerimento de participação apresentado pela empresa **CREDENCIADA** no Chamamento Público nº 90006/2025 deste CREA-SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento é de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da sua assinatura, com início em **XXX** e término em **XXX**, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO

3.1. Os colaboradores descritos abaixo serão responsáveis pela gestão e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Credenciamento:

3.1.1. **Gestor:** Rhuan Bittencourt - Assessor Especial de Inovação - Matrícula nº 491;

3.1.2. **Fiscal:** Ivan Gabriel Coutinho - Assessor Especial de Planejamento e Gestão – Matrícula nº 359.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.2. As atividades de gestão e fiscalização seguirão os ditames do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, bem como o estipulado no Termo de Referência - TR, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Edital, e seus Anexos, integrantes do Processo Administrativo n. 5-250057238-1.

3.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os demais prazos e condições aplicáveis constam do Termo de Referência - TR, do Estudo Técnico Preliminar – ETP e do Edital respectivos, e seus Anexos, vinculados a este Termo de Credenciamento.

3.4. Não haverá quantidades mínimas e/ou máximas do número de credenciadas, ficando à livre escolha do beneficiário direto a seleção da contratada da prestação, dentre as pessoas jurídicas credenciadas.

3.5. A empresa **CREDENCIADA** prestará os serviços diretamente aos beneficiários (profissionais/empregados do CREA-SC), mediante a contratação direta e particular destes. Com isso, o **CREDENCIANTE** não se responsabilizará por nenhum pagamento ou insolvência de crédito de seus registrados/empregados junto à empresa **CREDENCIADA**. No caso de qualquer forma de inadimplemento por parte dos beneficiários do presente instrumento, a empresa **CREDENCIADA** deverá utilizar-se dos meios legais existentes para a recuperação de seu crédito, sem quaisquer ônus ou responsabilidade de intermediação ao **CREDENCIANTE**.

3.6. O objeto deste Termo de Credenciamento não envolve a entrega de produtos ou serviços diretamente ao **CREDENCIANTE**, mas sim aos beneficiários vinculados ao CREA-SC. A entrega consiste na disponibilidade e manutenção de descontos especiais oferecidos pela empresa **CREDENCIADA** aos beneficiários, conforme as condições acordadas no processo de credenciamento.

3.7. Este Termo de Credenciamento não obriga o CREA-SC a contratar ou disponibilizar às suas expensas o plano/seguro aos profissionais e empregados do Conselho.

3.8. A celebração deste Termo de Credenciamento não assegura qualquer tipo de exclusividade entre as partes, podendo o CREA-SC credenciar, a seu critério, qualquer empresa, instituição ou entidade cadastrada nos termos do Chamamento Público respectivo.

3.9. A empresa **CREDENCIADA** deverá disponibilizar os planos/seguros conforme descrito em suas propostas e neste Termo de Credenciamento, garantindo a acessibilidade e transparência das condições ofertadas aos beneficiários.

3.10. A empresa **CREDENCIADA** deverá manter atualizadas as informações sobre os planos/seguros oferecidos, incluindo eventuais mudanças nas condições ou na disponibilidade dos produtos e serviços.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

3.11. A empresa **CREDENCIADA** deve colaborar com o CREA-SC para a comunicação e divulgação dos benefícios aos beneficiários, utilizando os canais de comunicação disponibilizados pelo Conselho, bem como seus próprios canais.

3.12. A aceitação dos benefícios será monitorada pela satisfação dos beneficiários, com mecanismos de feedback e avaliação contínua para assegurar a qualidade e a adequação das ofertas.

3.13. Os benefícios e a empresa **CREDENCIADA** serão revisados periodicamente pelo gestor e pelo fiscal deste Termo de Credenciamento, garantindo a continuidade da qualidade e a relevância das ofertas aos beneficiários.

3.14. A presente contratação fundamenta-se no art. 79 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.878/2024 e no artigo 57 do Regulamento de Licitações e Contratos – RILC do CREA-SC, conforme já esmiuçado no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Termo de Referência – TR respectivos.

3.15. Em atendimento ao artigo 6º do Decreto nº 11.878/2024, a presente contratação se enquadra na condição de inexigibilidade estabelecida no inciso IV do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS BENEFICIÁRIOS

5.1. Os beneficiários serão os profissionais regularmente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC e adimplentes com suas anuidades.

5.1.1. Cessará o direito aos benefícios ao profissional que cancelar ou suspender seu registro, ou que se tornar inadimplente.

5.2. Além dos profissionais regularmente inscritos no CREA-SC, serão também beneficiários os empregados do Conselho e seus respectivos dependentes.

5.2.1. Cessará o direito aos benefícios ao empregado que se desligar do Conselho ou que se tornar inadimplente.

CLÁUSULA SEXTA – DA ABRANGÊNCIA

6.1. A empresa **CREDENCIADA** deverá comprovar, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura deste Termo de Credenciamento, possuir rede própria, credenciada, contratada ou referenciada

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

de atendimento em todos os municípios onde se encontrem instaladas Inspetorias Regionais do CREA-SC, bem como, no mínimo, em 60% (sessenta por cento) dos municípios jurisdicionados de cada Inspetoria Regional do CREA-SC, conforme tabela constante do Termo de Referência - TR, integrante do Processo Administrativo n. 5-250057238-1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR

7.1. O valor de cada contratação será obtido por meio das inscrições dos beneficiários aos planos/seguros objeto deste Termo de Credenciamento.

7.2. O modelo adotado neste Termo de Credenciamento não corresponde a uma disputa para seleção de um único fornecedor com preços tabelados. Trata-se, na realidade, de um benefício a ser disponibilizado diretamente aos profissionais e empregados do CREA-SC, sem qualquer participação financeira ou operacional do **CREDENCIANTE**. Nesse formato, a empresa **CREDENCIADA** estará apta a ofertar seus serviços diretamente ao público-alvo (beneficiários) deste Termo de Credenciamento.

7.3. Não haverá fixação de preços a ser obedecida pela empresa **CREDENCIADA**, uma vez que se busca a configuração de um mercado dinâmico (fluido), no qual os prestadores aptos oferecerão suas condições com base na livre concorrência. A decisão pela contratação caberá exclusivamente aos profissionais e empregados interessados, que poderão optar pela proposta que melhor atender às suas necessidades. O CREA-SC atuará apenas como um facilitador, servindo como um hub de conexão entre a empresa **CREDENCIADA** e os potenciais contratantes (beneficiários).

7.4. O presente Termo de Credenciamento não gera dispêndios financeiros ao CREA-SC. Portanto, não se aplicam no presente caso critérios de medição e de pagamento e necessidade de adequação orçamentária.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1. As obrigações da empresa **CREDENCIADA**, do CREA-SC e dos beneficiários encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência - TR, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Edital, e seus Anexos, integrantes do Processo Administrativo n. 5-250057238-1.

8.2. Além do disposto acima, caberá ao CREA-SC, por meio do gestor deste Termo de Credenciamento, previamente ao início da execução do objeto, entregar à empresa **CREDENCIADA** cópias do seu Código de Conduta Ética - Portaria nº 337/2024, da sua Política de Conflito de Interesses - Portaria nº 338/2024 e da sua Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação - Portaria nº 339/2024, para o conhecimento e observância de seus regramentos pela empresa **CREDENCIADA** e pelos seus empregados quando alocados para a prestação de serviços no Conselho.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

8.3. Além do disposto acima, caberá à empresa **CREDENCIADA**:

8.3.1. Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética - Portaria nº 337/2024, da Política de Conflito de Interesses - Portaria nº 338/2024 e da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação - Portaria nº 339/2024, no âmbito do CREA-SC;

8.3.2. Observar, em suas relações com o CREA-SC, boas práticas e medidas legais de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral e sexual ou discriminação que envolvam seus empregados ou representantes, conforme a Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022;

8.3.3. Estar ciente de que assume o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, observando, no que couber, o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei n. 12.288/2010;

8.3.4. Estar ciente de que assume o compromisso de não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução deste Termo de Credenciamento para finalidade distinta daquela do seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

9.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução deste Termo de Credenciamento, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto deste Termo de Credenciamento.

9.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução deste Termo de Credenciamento, por inobservância à LGPD.

9.4. A empresa **CREDENCIADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CREA-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

9.5. A empresa **CREDENCIADA** fica obrigada a comunicar ao CREA-SC, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

9.6. Quando do compartilhamento de dados pessoais, somente serão disponibilizados aqueles com prévia autorização, pelos respectivos responsáveis, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709 - LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO DESCREDENCIAMENTO

10.1. O CREA-SC poderá realizar o credenciamento da empresa **CREDENCIADA** quando houver:

I - pedido formalizado pela empresa **CREDENCIADA**;

II - perda das condições de habilitação da empresa **CREDENCIADA**;

III - descumprimento injustificado deste Termo de Credenciamento pela empresa **CREDENCIADA**; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

10.2. O pedido de credenciamento de que trata o inciso I do item acima não desincumbirá a empresa **CREDENCIADA** do cumprimento de eventual Termo de Credenciamento assumido e das responsabilidades dele decorrentes.

10.3. A empresa **CREDENCIADA** poderá solicitar seu credenciamento a qualquer tempo, desde que mantenha as contratações vigentes, mediante envio de requerimento ao CREA-SC, e somente após o regular cumprimento das obrigações assumidas, observadas as disposições relativas à rescisão/extinção deste Termo de Credenciamento.

10.4. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do item 10.1, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. São aplicáveis as sanções previstas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

11.2. As infrações e sanções administrativas encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência - TR, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e no Edital, e seus Anexos, integrantes do Processo Administrativo n. 5-250057238-1.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. As partes poderão rescindir este Termo de Credenciamento, a qualquer tempo, mediante notificação prévia à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a fim de que seja possível informar publicamente os beneficiários.

12.2. Este Termo de Credenciamento também poderá ser rescindido, por exclusivo critério do CREA-SC, caso se verifique qualquer das hipóteses relacionadas abaixo:

- a) Falência ou insolvência da empresa **CREDENCIADA**;
- b) Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações pela empresa **CREDENCIADA**;
- c) Denegação ou supressão das vantagens outorgadas aos beneficiários sem justa causa;
- d) Alteração da razão social ou modificação da finalidade ou de estrutura da empresa **CREDENCIADA**, que prejudique ou impossibilite o oferecimento das vantagens ora estabelecidas; e
- e) Descumprimento de qualquer cláusula contida no Termo de Referência, no Edital e neste Termo de Credenciamento.

12.3. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse do CREA-SC, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Presidência do Conselho, não será rescindido este Termo de Credenciamento com empresa **CREDENCIADA** que estiver irregular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Não é necessária a indicação da dotação orçamentária, uma vez que não existirá nenhuma forma de remuneração, repasse ou qualquer ônus aos cofres públicos. Logo, não haverá qualquer forma de remuneração por parte do CREA-SC à empresa **CREDENCIADA**.

13.2. O CREA-SC não se responsabilizará por nenhum pagamento ou qualquer insolvência de crédito de beneficiários junto à empresa **CREDENCIADA**. No caso de inadimplemento por parte dos beneficiários, a empresa **CREDENCIADA** deverá se utilizar dos meios legais existentes para a recuperação de seu crédito, sem quaisquer ônus e/ou obrigações ao CREA-SC.

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CREA-SC, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações deste Termo de Credenciamento reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2. As alterações deste Termo de Credenciamento deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CREA-SC, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

15.3. Registros que não caracterizam alteração deste Termo de Credenciamento podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CREA-SC divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina – Subseção Judiciária de Florianópolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Termo de Credenciamento pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Florianópolis/SC (datado e assinado eletronicamente).

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier – Presidente, Registro: 036650 1.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA-SC

Eng. Civ. Seg. Trab. Carlos Alberto Kita Xavier
Representante Legal do **CREDENCIANTE**

xxx
Representante Legal da **CREDENCIADA**

Assinaturas eletrônicas SICWEB constantes deste Termo:

VISTO PROJUR: Procurador Jurídico

Presidente do CREA-SC

Testemunha 1

Testemunha 2

Documento assinado eletronicamente, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.
22/05/2025 as 11:51:06 por Eng.Civ. Eng.Seg.Trab. Carlos Alberto Kita Xavier Presidente, Registro: 036650 1.